



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

PARECER - TJ/AM/AJAP/TJ

Trata-se de processo administrativo com o objetivo de contratar empresa especializada para fins da prestação dos serviços de transporte de cargas, pelo período de 12 meses.

A Secretaria de Planejamento (1371142) manifestou-se a favor da contratação por estar em consonância com o Plano Estratégico 2021-2026, ressaltando que a aquisição pretendida **está prevista** no Plano de Contratações Anual 2024.

Constam dos autos os seguintes documentos:

- Estudo Técnico Preliminar (1325232);
- Termo de Referência (1371631);
- Mapa de Preços (1372049) e Metodologia de Cálculo (1370801);
- Informação SECOF (1372280);
- Minuta de Edital de Licitação - PE (1372316) e anexos (1372318).

É o relatório.

1. Da prévia análise técnico-jurídica

Quando a administração tem a pretensão de realizar licitação, contrato, acordo, convênio ou ajustes, o respectivo órgão técnico-jurídico deverá apresentar manifestação prévia, como determina o parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 8.666/1993:

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

No mesmo sentido, a Resolução do TJAM n.º 25/2019 prescreve:

Art. 20. Tratando-se de aquisição ou contratação a ser realizada por meio de licitação em qualquer de suas modalidades, a Comissão Permanente de Licitação deverá, após o preenchimento da Minuta de Edital, encaminhá-lo à Assessoria Administrativa da Secretaria-Geral de Administração – AASGA para a emissão de parecer.

[...]

Art. 21. Após a juntada da minuta de edital de licitação, a minuta de contrato e/ou da minuta de ata de registro de preços, quando for o caso, os autos devem ser encaminhados à Assessoria Administrativa da Secretaria-Geral de Administração – AASGA para análise e emissão de parecer.

Parágrafo Único. A Assessoria Administrativa da Secretaria-Geral de Administração – AASGA deverá elaborar seu parecer, concluindo pela aprovação, ou não, da minuta de edital, de contrato e de ata de registro de preços, e

encaminhá-lo à Secretaria-Geral de Administração, a fim de que solicite à Presidência, mediante despacho, autorização para a deflagração do procedimento licitatório.

No caso em análise, o processo administrativo fora encaminhado a esta Assessoria para os fins das normas em comento.

Logo, passa-se à análise técnico-jurídica.

2. Da modalidade da licitação

No caso de aquisição de bens ou serviços de natureza comum, mostra-se possível a modalidade de licitação denominada pregão eletrônico, na forma da Lei n.º 10.520/2002:

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

No mesmo sentido é o Decreto n.º 10.024/2019:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

§ 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.

(...)

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

III - bens e serviços especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;

No caso em análise, a pretendida contratação refere-se à aquisição de bens comuns, que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado, adequando-se perfeitamente a hipótese das normas acima.

3. Do tipo da licitação

No caso de licitação na modalidade pregão, deve-se adotar o menor preço como tipo licitatório, por força do prescrito na Lei n.º 10.520/2002:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(...)

X - para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;

No caso em análise, a minuta do edital estabeleceu o **menor preço global** como tipo da licitação.

4. Do tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte

A Lei Complementar n.º 123/2006 prescreve:

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

(...)

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Neste sentido, a minuta do edital apresentada prevê expressamente, em sua Cláusula Décima Segunda, o obrigatório tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas.

5. Da dotação orçamentária

O mapa de preços (1372049) e Metodologia de Cálculos (1370801) acostados aos autos detalham o valor global estimado em **R\$ 807.688,00 (oitocentos e sete mil seiscentos e oitenta e oito reais)**.

A disponibilidade orçamentária para a contratação do objeto deste processo administrativo, sem comprometimento da saúde financeiro-orçamentária deste Tribunal de Justiça, foi inferida pela Secretaria de Finanças e Orçamento (1372280), **entretanto a emissão de Nota de Dotação somente poderá ocorrer após a abertura do exercício financeiro de 2024.**

6. Da minuta do edital

A minuta do edital de licitação objeto deste processo administrativo apresenta as seguintes características principais:

- A cláusula primeira traz o objeto do pregão eletrônico;
- A cláusula segunda dispõe sobre a dotação orçamentária;
- A cláusula terceira prevê as formas de comunicações durante o procedimento licitatório;
- A cláusula quarta prevê as normas sobre impugnação e pedido de esclarecimento;
- A cláusula quinta prevê as normas sobre credenciamento e condições de participação;
- A cláusula sexta prevê as normas sobre a vistoria técnica;
- A cláusula sétima prevê as normas sobre o envio da proposta eletrônica de preços e dos documentos de habilitação;
- A cláusula oitava prevê as normas sobre as declarações a serem feitas pelos licitantes;
- A cláusula nona prevê as normas sobre a abertura da sessão pública do pregão;
- A cláusula décima prevê as normas sobre a classificação de propostas;
- A cláusula décima primeira prevê as normas sobre formulação de lances;
- A cláusula décima segunda prevê os benefícios concedidos às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparadas;
- A cláusula décima terceira prevê as normas sobre negociação a ser realizada por meio do sistema;

- A cláusula décima quarta prevê as normas sobre aceitabilidade da proposta;
- A cláusula décima quinta prevê as normas sobre amostras e/ou catálogos;
- A cláusula décima sexta prevê as normas sobre habilitação;
- A cláusula décima sétima prevê as normas sobre recurso;
- A cláusula décima oitava prevê as normas sobre adjudicação e homologação;
- A cláusula décima nona dispõe sobre a formalização de contrato;
- A cláusula vigésima prevê as normas para emissão de Nota de Empenho;
- A cláusula vigésima primeira prevê as normas sobre prazo e condições para o fornecimento do material;
- A cláusula vigésima segunda prevê as normas a respeito das obrigações do contratante e da contratada;
- A cláusula vigésima terceira prevê as normas a respeito das obrigações sociais, comerciais e fiscais;
- A cláusula vigésima quarta prevê as normas a respeito do pagamento;
- A cláusula vigésima quinta define as condições para rescisão contratual;
- A cláusula vigésima sexta prevê as normas a respeito da inexecução;
- A cláusula vigésima sétima prevê as normas a respeito das sanções;
- A cláusula vigésima oitava trata das disposições finais;
- A cláusula vigésima nona indica as partes integrantes do edital;
- A cláusula trigésima prevê as normas a respeito do foro para eventual discussão decorrente do edital.

Da análise da comentada minuta de edital, verifica-se que está em consonância com as normas sobre licitações e contratos, sobretudo aquelas constantes da Lei n.º 10.520/2002; da Lei Complementar n.º 123/2006; do Decreto n.º 3.555/2000; do Decreto n.º 10.024/19; da Resolução n.º 025/2019 TJ-AM, no que couber; do Decreto do Estado do Amazonas n.º 28.182/2008, no que couber; da Lei n.º 8.666/1993, aplicável subsidiariamente às licitações na modalidade pregão.

7. Da conclusão

Pelo exposto, **esta Assessoria Administrativa opina pela aprovação da minuta de edital de licitação objeto dos autos, na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço global, no valor estimado de R\$ 807.688,00 (oitocentos e sete mil seiscentos e oitenta e oito reais)**, para possibilitar a contratação empresa especializada para fins da prestação dos serviços de transporte de cargas, pelo período de 12 meses.

Ressalte-se que, no momento da celebração do negócio jurídico, deverá ser providenciada a documentação indicativa de que não há restrições no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e de que não há restrições junto à Fazenda Nacional em relação a certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

Por fim, não se pode perder de vista a necessidade obrigatória de se dar ampla publicidade a todas as contratações feitas pela Administração, por força do art. 37, caput, da Constituição e do art. 16 da Lei n.º 8.666/1993.

Considerando tratar-se de decisão da competência de autoridade superior, submeta-se o presente feito à apreciação e posterior deliberação, observadas as cautelas de praxe.

É o parecer.

Manaus/AM, 28 de Dezembro de 2023.

(assinado digitalmente)
Matheus de Souza Linhares

Diretor da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência - em substituição



Documento assinado eletronicamente por **MATHEUS LINHARES, Diretor(a)**, em 28/12/2023, às 14:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1372340** e o código CRC **A741F25B**.

2023/000030190-00

1372340v4



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

DECISÃO GABPRES

Trata-se de processo administrativo com o objetivo de contratar empresa especializada para fins da prestação dos serviços de transporte de cargas englobando materiais permanentes e de consumo, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência deste edital, pelo período de 12 meses.

A Secretaria de Planejamento (1371142) manifestou-se a favor da contratação por estar em consonância com o Plano Estratégico 2021-2026, ressaltando que a aquisição pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual 2024.

Constam dos autos os seguintes documentos: Estudo Técnico Preliminar (1325232); Termo de Referência (1371631); Mapa de Preços (1372049) e Metodologia de Cálculo (1370801); Informação SECOF (1372280); Minuta de Edital de Licitação - PE (1372316) e anexos (1372318).

Parecer da Assessoria Jurídico - Administrativa da Presidência (1372340), na forma do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/1993, pela aprovação da minuta de edital de licitação objeto dos autos.

Ademais, a minuta de edital está em consonância com as normas sobre licitações e contratos, sobretudo aquelas constantes da Lei n.º 10.520/2002; da Lei Complementar n.º 123/2006; do Decreto n.º 3.555/2000; do Decreto n.º 10.024/19; da Resolução n.º 025/2019 TJ-AM, no que couber; do Decreto do Estado do Amazonas n.º 28.182/2008, no que couber; da Lei n.º 8.666/1993, aplicável subsidiariamente às licitações na modalidade pregão.

Ante o exposto, acolho o retromencionado parecer por seus jurídicos e legais fundamentos, pelo que os adoto como minhas próprias razões de decidir, para **autorizar a realização de certame na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço global, no valor estimado de R\$ 807.688,00 (oitocentos e sete mil seiscientos e oitenta e oito reais)**, para possibilitar a contratação de empresa especializada para fins da prestação dos serviços de transporte de cargas englobando materiais permanentes e de consumo, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência deste edital, pelo período de 12 meses.

Outrossim, torna-se indispensável que, na data do fornecimento, sejam providenciadas certidões negativas ou positivas com efeitos de negativas, válidas, da empresa vencedora, bem como a juntada da declaração SICAF, a fim de demonstrar que a sobredita empresa não possui impedimento para licitar e contratar com a Administração.

Imprescindível, também, a necessidade de se dar ampla publicidade às compras realizadas pela Administração Pública, nos moldes do art. 37, *caput*, da CF/88 c/c art. 16 da Lei nº 8.666/93.

À COLIC para providências cabíveis.

Cumpra-se com as cautelas de praxe.

Manaus, data registrada no sistema.

(assinado digitalmente)

Desembargadora **Nélia Caminha Jorge**

Presidente do TJ/AM



Documento assinado eletronicamente por **Nélia Caminha Jorge, Desembargadora de Justiça**, em 28/12/2023, às 14:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1372349** e o código CRC **8A255AA0**.